

# MARTÍN-BARBERO EM TEMPOS DE FACEBOOK: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA

DANIEL PAIVA DE MACÊDO JÚNIOR<sup>1</sup>  
HELENA MARTINS DO RÊGO BARRETO<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho discute o conceito de mediação em Martín-Barbero (1997), tendo em vista a circulação de conteúdo em plataformas digitais de redes sociais. Com atenção ao Facebook, realizamos exercício teórico-metodológico com base na usabilidade para discutir e caracterizar a sistemática da plataforma, analisando os compostos tecnológicos e conjunturais que conformam o que tratamos por 'mediação algorítmica' e pela qual buscamos tatear aproximações e distanciamentos com as formulações barberianas.

**Palavras-chave:** Mediação Algorítmica. Facebook. Mediação. Mídia-tização. Vigilância.

## Introdução

Discutir o conceito de mediação em meio às questões contemporâneas estabelece a necessidade em reposicionar as leituras dos paradigmas teórico-metodológicos. As perguntas que orientaram as teorias latino-americanas focaram no que os consumidores fazem com os conteúdos massivos nas práticas cotidianas, não mais o que deles é feito por parte dos produtores. Esses usos, na perspectiva de Martín-Barbero (1997), são indissociáveis da situação sociocultural dos perfis que se apropriam e ressignificam os conteúdos massivos, conforme suas experiências culturais. Eles também são vistos no contexto das relações de poder; por isso, em *Dos meios às mediações*, o autor discute as resistências no campo da cultura a partir diálogo com o conceito gramsciano de hegemonia. Tal composição analítica poderia enfrentar, na visão de Barbero, duas ameaças: a do idealismo de que o leitor faz com o meio o que tem vontade e a separação dos estudos da recepção e de consumo dos processos de produção. Para evitá-los, é necessário considerar a existência de limites discrepantes nos poderes e nas agências dos interlocutores em face a economia de produção e como ela é organizada e programada.

Em um momento histórico marcado pela ascensão do neoliberalismo no continente, privilegiou-se o consumo como categoria analítica e a ideia de que por meio dele as pessoas se tornam cidadãos, o que está presente, sobretudo, na proposta de Canclini (2006). Assim, distanciando-se das grandes narrativas e, particularmente, do olhar sobre o sistema mais geral de comunicação, mitigou-se o debate sobre a questão do poder na comunicação amenizando a crítica à cultura de massas e à (já não citada) Indústria Cultural. A esses limites do programa teórico posto em

1 Doutorando em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista CAPES e integrante do Telas - Laboratório de Pesquisa em Economia, Tecnologia e Políticas da Comunicação (PPGCOM UFC). Email: daniel.3macedo@gmail.com

2 Doutora em Comunicação Social, professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e líder do Telas - Laboratório de Pesquisa em Economia, Tecnologia e Políticas da Comunicação (PPGCOM UFC). Email: helena.martins@ufc.br

tela somam-se outros associados à ampliação da incorporação da comunicação e da cultura à dinâmica do sistema capitalista e à própria reconfiguração da comunicação e de diversas atividades sociais com a digitalização e a mídiatização. Fatores que têm levado a um crescente domínio da comunicação por parte de poderosos agentes econômicos transnacionais que operam com ainda maior opacidade, tendo em vista os procedimentos algorítmicos que modulam a produção e a circulação de conteúdos, com impactos na política e na sociabilidade.

Para Martín-Barbero (1997, p. 191), as invenções tecnológicas no campo da comunicação tomam a mediação como forma para “mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa”. Neste movimento de transformação tecnológica, as plataformas alteram-se nas engrenagens a fim de remodelar a mediação no intuito de atender intencionalidades, como exprime o trabalho de Macêdo Jr (2020). Tratamos, pois, de “mediação algorítmica” como sistemática de produção e de circulação de conteúdos realizada para e por plataformas.

Neste sentido, interessa-nos pensar “mediação algorítmica” a partir do conceito de Barbero (1997) em interface às questões inerentes à sociabilidade em plataformas digitais, com especial atenção ao Facebook. Para isso, realizamos exercício teórico-metodológico pelo qual praticamos confrontos e interrogações constantes à luz da experiência de usabilidade da plataforma que, ao fim, nos permite discutir e caracterizar com profundidade a mecânica processual inerente à mediação algorítmica na plataforma em questão; bem como as aproximações e distanciamentos com as formulações barberianas.

## Sociedade em vigilância digital

Marca fundamental do capitalismo está nos padrões de consumo que são criados, estimulados e constantemente atualizados a partir de novas formas tecnológicas que se reinventam em diferença à contemplação de necessidades sociais, mas voltadas a estabelecer novas fontes para produção de riquezas e, conseqüentemente, novas barreiras de desigualdade. Nesta via, interessa-nos pensar em torno da Economia Política da Comunicação e dos acúmulos deste campo em discussões sobre o papel da comunicação e da cultura, tendo em vista as transformações associadas à passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista. Neste quadro, configura-se a indústria cultural que, explicada por César Bolaño como,

é uma área da produção social no capitalismo avançado que deve cumprir uma dupla condição de funcionalidade, a serviço do capital individual monopolista em concorrência (função publicidade) e do capital em geral, ou do Estado (função propaganda), servindo como elemento-chave na construção da hegemonia. Para isso, deve responder também a uma terceira condição de funcionalidade (função programa), ligada à reprodução simbólica de um mundo da vida empobrecido em suas condições de autonomia. (BOLAÑO, 2010, p. 45)

A ideia de mediação ocupa espaço central nesse pensamento, mas não apenas como atravessamentos marcantes no processo de comunicação. “É precisamente nesse sentido que se deve repropor o conceito de mediação, entendendo-o na perspectiva da contradição entre controle e câmbio, dominação e apropriação social, subsunção e resistência, manipulação e práxis social liberadora”, como nos ensina Bolaño (2016, p. 31). Do advento da internet ao modelo que

temos hoje, é inegável que os câmbios em protocolos de funcionamento aliados a [não] conectividade das pessoas redesenham não só as possibilidades de uso, mas, também, a forma como nos relacionamos com a sociedade que nos rodeia e, inclusive, delimita o próprio espaço e suas lógicas de funcionamento. Portanto, lidamos por ciberespaço como um ambiente conectado à realidade, parte da materialidade reforçada na experiência em que a maioria das redes está sob o controle de grupos pequenos de pessoas e de empresas. É justo conferir que

a Internet não é uma cidade isolada do mundo. Muito menos as pessoas que agem e interagem nela estão desconectadas das formas de organização da vida no ambiente offline. [...] seria difícil negar que a disseminação da Internet vem acompanhada da subsunção de suas lógicas de funcionamento aos eixos estruturantes do sistema capitalista: a mercantilização do maior número de elementos e esferas da vida; a aceleração constante dos fluxos de capital por meio da sua reprodução expandida no tempo e no espaço; e a apropriação do trabalho humano por poucos grupos, em um fenômeno de concentração da riqueza. (VALENTE; PITA, 2018, p. 50)

Nem tão nossa, como outrora professou Castells (2012), plataformas atualizam a prática de concentração que, como bem demonstra a pesquisa *Monopólios Digitais*, elaborada por Valente e Pita (2018), radica a conformação de uma nova seara para exploração capitalista. Esses monopólios são organizados em torno de sete características, segundo os autores: (1) Forte domínio de um nicho de mercado; (2) Grande número de clientes, sejam eles pagos ou não; (3) Operação em escala global; (4) Espriamento para outros segmentos para além do nicho original; (5) Atividades intensivas em dados; (6) Controle de um ecossistema de agentes que desenvolvem serviços e bens mediados pelas suas plataformas e atividades; (7) Estratégias de aquisição ou controle acionário de possíveis concorrentes ou agentes do mercado.

Tais características, destacadamente a operação em escala global, em diversos segmentos e com a captura constante de dados, geraram vantagens competitivas que, segundo Srnicek (2017), fizeram com que o modelo de plataforma se tornasse uma referência no momento atual. Dentre outras coisas, a internet e o conjunto de dados acumulados na rede possibilitaram ao capitalismo maior espriamento, novas formas de exploração do trabalho, mudanças na esfera pública e a configuração de uma nova etapa de controle sob a vida das pessoas, aprofundando dinâmicas postas desde o contexto da reestruturação produtiva deflagrada nos anos 1970.

Transparentes frente a estruturas opacas, usuários estão sob monitoramento automatizado: a expressão da vigilância no capitalismo sobre nós se articula a partir da midiatização da vida, como propunha Hepp (2014) ao versar que a inserção de tecnologias na sociedade estabelece novos paradigmas de sociabilidade – e vice-versa. A vigilância das ações serve ao controle social que se aprofunda em um momento de crise do capitalismo, permitindo orientações sobre comportamentos e expectativas para, dentro outros, ganhar forma nos conteúdos que circulam em plataformas. Por isso, hoje, pouco podemos avançar no debate sobre fenômenos da comunicação social sem considerar a ambiência digital e os quesitos que a estruturam, pois dizem respeito à lógica, à finalidade e ao funcionamento das redes e, portanto, apontam os substratos que destas resultam.

## Engenharias de poderes

Neste estudo, não tomamos os objetos tecnológicos e o escopo social como objetos imutáveis e estáticos. Em constante transformação, a internet como conhecemos hoje certamente causaria estranhamento aos usuários das plataformas há 20 anos. Fuller (2005) confirma que, em 1997, a internet já se figurava com importância e quaisquer previsões sobre o futuro da rede não apontavam a palavra 'algoritmo' e tampouco direcionavam publicamente o papel da Internet na triagem ou na organização da informação – dois itens que, hoje, não podem ser despercebidos, dado o caráter estruturante que possuem para composição de plataformas.

Interessa-nos, aqui, remontar o arranjo tecnológico que modela ambiências no ciberespaço e cria condições para exercício de poderes. Com foco no Facebook, atentamos aos componentes tecnológicos no intento de realizar leituras a partir da prática de usabilidade a fim de desnudar a estrutura tecnológica que formata plataformas.

A primeira estrutura que lemos volta-se ao alto montante de dados arquivados aliados ao processo de datificação discutido por Van Dijck (2014). Ela estabelece lógica praticamente ubíqua de quantificação da vida social por meio da produção de dados e metadados como uma constante, buscando transformar todos os signos e informações passíveis de serem registradas e articuladas a outras para fins diversos. A produção e a guarda desse volume de informações envolvem uma complexa infraestrutura e a operação de agentes que não são passivos. Estes se articulam como sistemas complexos de arquivamento e de manipulação de alto quantitativo de dados compilados para, sob análises métricas, buscar entender, antever e propor o comportamento de usuários na web – e fora dela. Esse sistema nomeia-se por **Big Data** e é capaz de articular e cruzar dados das mais diversas origens na intenção de mapear padrões de comportamento para conseguir adiantar medidas a serem tomadas por sistemas virtuais.

Antes, o peso das narrativas consumidas, das experiências e da memória social eram fundantes para propor futuros possíveis. Hoje, o advento do Big Data ratifica um sistema complexo capaz de registrar a performance digital de usuários e constituir métricas que, resultantes da gravação sequencial dos rastros deixados na rede, podem ser contrapostas considerando os dados do usuário e de outros sujeitos de perfilamento similar. Com isso, a sistemática pode conferir aproximações e distanciamentos e, assim, produzir inteligência.

As condições em que os dados são armazenados por empresas privadas reflete alto potencial de controle ideológico, marcados também por vieses algorítmicos de classe, de raça e de gênero como aponta O'Neil (2016). Dizer isto, como outrora proferiu Pariser (2011, p. 94-95), é reconhecer que o "comportamento agora é uma commodity, um pequeno pedaço de um mercado que fornece uma plataforma para a personalização de toda a Internet". Estamos lidando, ao explorar Big Data, com um expoente para firmar – em termos práticos – os mecanismos de vigilância, na medida em que monitora, analisa e agrupa informações pessoais a fim de permitir, em interface a outros componentes, uma dinâmica de consumo personalizado e de controle das narrativas – sobretudo no que diz respeito à circulação.

A importância fixada a produção de padrões e a exploração da mina de dados dos usuários contidas em Big Data e pela qual ganham movimentos nos fluxos de comunicação contemporâneos constitui em mecanismo de manejo social e via de observação para compreensão das engenharias de poder no capitalismo. O manejo destes, por sua vez, ocorre através de comple-

xos sistemas computacionais que dispõem de orientações voltadas a compilar dados estruturados e agrupá-los segundo critérios. Nomeados por **filtros**, entendemos o mecanismo como um arranjo programado capaz de aprofundar análise sobre objetos específicos dispostos em bancos de dados, identificando perfis comuns e ordenando ações pré-definidas pelo conjunto da sistemática.

O quesito territorial em interface ao georreferenciamento dos dispositivos conectados à internet e das informações disponíveis em banco de dados é capaz de acionar filtros, por exemplo, que realizam a classificação da localização como 'cotidiana' ou como uma 'nova experiência socioespacial' e, a partir desta, orienta ações voltadas ao consumo, a performance e a interação social. Desse modo, a ausência do filtro impediria a realização desta funcionalidade e a orientação de ação não seria possível de outra forma.

A definição do "filtro bolha" tem adquirido destaque nas discussões, especialmente por contribuir na reflexão sobre o engajamento junto a conteúdos políticos extremistas. Pariser (2011) se dedicou a traçar conceituação em que o filtro atua como motor para disposição de conteúdo considerando o perfil compilado de interações sociais, de engajamento e das práticas de consumo em plataformas digitais. Produz, portanto, conteúdos orientados e especializados que desenvolvem a sensação de efetividade da plataforma, mas, em especial, reduz itens de consumo para escolha ativa do usuário.

A bolha, por sua vez, é o resultado deste filtro e congrega uma série de usuários com perfis comuns. A definição destes agrupamentos se dá, portanto, na imersão em conteúdos orientados para consumo sob alta aceitação; e, por outra perspectiva, na privação do acesso aos conteúdos que não correspondem às definições orientadas a determinados usuários construídas pelos filtros. Este nível de curadoria é um ato que julgamos problemático, pois impede o contato com opiniões diferentes e circuitos informativos que orbitam outras linhas de raciocínio, fortalecendo uma dinâmica cultural individualista e que valoriza a intolerância às diferenças.

Em uma terceira via, os sistemas computacionais se orientam a partir de arquiteturas de dados e funções desenvolvidas por profissionais que realizam ação de programação em linguagens computacionais. Ao conjunto de comandos estruturados em orientações lógicas é dado o nome de **algoritmo**. As postulações de Ferrari e Cechinel (2009) definem algoritmo como uma sequência de comandos sob fundamentos definidos, finitos e que instruem, segundo ordenadores, a execução de medidas programadas. **Ordenador**, neste arranjo, exprime a capacidade de um aditivo programado em influir no funcionamento do sistema de dados e da plataforma a partir da produção de ação responsiva, segundo critérios pré-definidos ao usuário que são decorrentes da interação e da performance realizada no ambiente digital.

Formatado em ordenadores, a produção de um aparato tecnológico deve considerar duas vias: a primeira se dá no acionamento de protocolos e comandos já existentes e arquivados na web ou na composição de uma linguagem computacional e, ao programar algoritmos, permite ao programador partir de um ponto comum sem demanda de iniciar um código do zero em linguagem com baixo nível de abstração<sup>3</sup>. A segunda é percebida na relação em que tecnologias responsivas articulam caracteres, dados e ordenadores lógicos resultantes de outras fontes

3 Abstração é uma definição tipológica para linguagens de programação computacional niveladas a partir da localização de proximidades e de distâncias entre as linguagens humanas e as inerentes aos protocolos lógicos e numéricos que regem o funcionamento de máquinas responsivas. Por exemplo, C++ até uma linguagem próxima à humana, logo, com alto nível de abstração; diferente de Assembly que está mais próxima à linguagem lógica de microprocessadores e, por sua vez, possui baixo nível de abstração.

para produzir uma ação orientada e automatizada. Este processo é nomeado nas Ciências da Computação como Application Program Interface – API e entendido por pesquisadoras como Puglisi (2015) no conjunto de especificações para a realização de interação entre interfaces de programação com componentes de *software*. Nisto, realiza a integração de filtros, de programas, de relatórios de bancos de dados e outras fontes ao escopo do código, a fim de obter produtos a partir do cruzamento de informações e funcionalidades específicas de cada item.

Neste sentido, entender o algoritmo como um ordenador e evocar o papel dele em sistemas computacionais é considerá-lo como item estrutural, pois atua na organização da lógica de funcionamento de sistemas e de plataformas. A operação algorítmica funciona em conjunto com outros procedimentos que envolvem coleções de dados previamente organizados em operações humanas e máquinas que confluem dados disponíveis e condicionam a produção de novas informações. Em casos de sistemas responsivos inteligentes, acresce a presença de outros ordenadores essenciais que são acionados por API para o alcance da finalidade do programa. Em outras palavras, o algoritmo estruturante aciona outros algoritmos, funções, filtros e informações para realizar ações.

## Em tempos de Facebook

Considerando os quesitos tecnológicos abordados até aqui, miramos a dinâmica de mediação de conteúdos em plataformas digitais, com atenção especial aos ordenadores que compõem as plataformas e aos quesitos que estruturam as relações sociotécnicas que envolvem humanos e dispositivos inteligentes. Para isso, entendemos que lidamos com uma sistemática articulada que envolve quesitos de ordem lógica, a exemplo da estrutura algorítmica e dos componentes acionados por API; de ordem material, como a qualidade na conexão à internet e funcionalidades dos *hardwares* dos dispositivos; e de ordem política, como os impressos nos marcos regulatórios sobre internet e nas práticas dos diferentes agentes.

Trazer estes marcos é, mais uma vez, enfatizar que o algoritmo sozinho não conseguiria dispor de um sistema responsivo inteligente, dadas suas limitações, de modo que não devemos confundir a ação mediada por algoritmos – em que o código imprime respostas em tela sem interface com outros ordenadores, a exemplo de uma calculadora – com mediação algorítmica. Esta última diz respeito ao funcionamento de plataformas sob lógica em que o código computacional aciona e se alia a outros ordenadores a fim de configurar a disposição de conteúdo a partir da conjugação dos componentes lógicos em interface ao banco de dados, aos sistemas inteligentes de agrupamento e às modulações permitidas pelo *hardware* de consumo para, no fruto da interação destes, dispor curadoria.

Dado que a mediação algorítmica não se basta nem no resultado perfilado em tela, nem na infraestrutura tecnológica em formatações isoladas, é justo toma-la como um fenômeno que carece de atenção nos estudos em comunicação, articulando os dois quesitos citados em aliança às performances digitais de usuários e aos interesses dos donos das plataformas para se conseguir exprimir em complexidade os termos de mediação nestas ambiências. Por isso, bebendo do referencial aqui exposto ao discutir questões em torno das engenharias de poder e ao retomar os postulados de Barbero (1997), entendemos mediação algorítmica como um

processo ocorrido em plataformas digitais, “articulado sob dinâmicas inteligentes operadas de forma autônoma por maquinários que realizam não só a disposição do conteúdo, mas, inclusive, produzem mediação do tempo e das coisas para agentes conectados a plataforma em regimes desigual segundo orientação de consumo de itens comerciais, políticos e culturais” como propõe Macêdo Jr (2020, p.103).

As plataformas desenvolvem mediações algorítmicas sob ordenadores diferentes e específicos, segundo a intencionalidade de funcionamento a que se propõem. No caso do Facebook, até 2006 os usuários atribuíam pesos de interesse aos formatos de conteúdo e, nisto, partilhavam curadoria de conteúdo. Uma mudança nessa lógica ocorreu com o EdgeRank, que foi mencionado publicamente em 2010 e se constitui em mediação algorítmica calcada em dois modelos: para consumidores e para produtores de conteúdo. Ao estabelecer filtros nas publicações que surgem no Feed, a partir de critérios como afinidade, relevância e tempo, estes modelos de mediações são alocados sob critérios que se baseiam na personalização. Logo, cada usuário é submetido a uma experiência particular, ainda que realize os mesmos caminhos, dado que a performance na rede não é a mesma.

No primeiro tipo, a plataforma estrutura-se a fim de realizar curadoria de conteúdo personalizado para usuários. Nela, a) um *user* pessoal, construído na plataforma virtual, disponibiliza informações e realiza performance em rede, para b) serem arquivadas e tratadas em Big Data; a fim de c) operar sobre os caracteres disponíveis para modelar dados estruturados considerando filtros e agrupando perfis a partir de objetos comuns de interesse; para d) serem dispostos em API sob lógicas algorítmicas capazes de prever conteúdos; e, assim, e) disponibilizar conjunto sequencial de notícias, publicidades e, enfim, informações de toda ordem que, sob lógicas interativas, recebem valores que retroalimentam e conferem o caráter cíclico, como demonstra o GRAF. 1.

GRÁFICO 1 – Ciclo da mediação algorítmica para consumo de informação

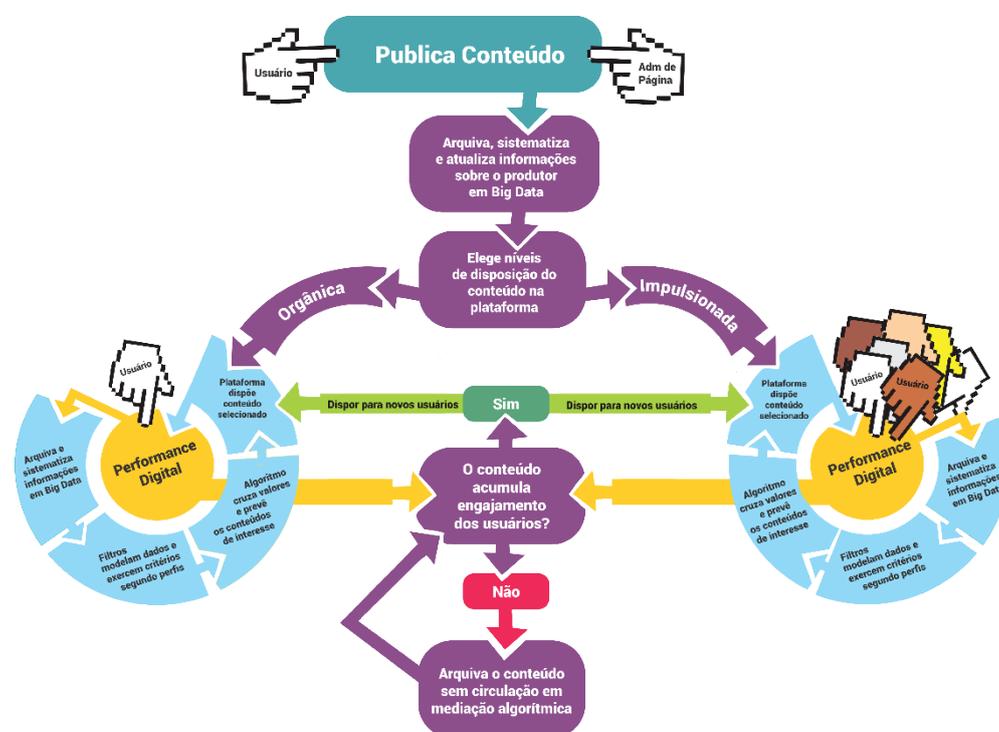


Fonte: MACÊDO JR (2020, p. 99)

Já no segundo tipo, detalhado no GRAF. 2, conduz-se a circulação de conteúdo personalizado para usuários a partir de circuito em que a) um *user* pessoal ou *page* aderentes à plataforma virtual realizam publicação na plataforma; esta b) é arquivada e sistematizada em

Big Data, atualizando as informações sobre o produtor; a fim de c) o produtor escolhe níveis de disposição do conteúdo, tendo como possibilidade as mediações algorítmicas de caráter orgânico – atingindo o conjunto de relações em rede – ou a impulsionada – que, sob patrocínio, terá maiores métricas de alcance a partir da expansão do universo de disposição do conteúdo em público-alvo definido pelo produtor; d) o conteúdo é disponibilizado aos usuários sob dinâmica de mediação algorítmica para consumidores. É nesta a etapa que a plataforma opera com centralidade e total poder, definindo os rumos de vazão das publicações e; e) o engajamento resultante da performance digital estabelece métrica para circulação do conteúdo: se possui engajamento, é disposto para mais usuários e, quando não, deixa de circular em feeds; para, f) o conteúdo manter-se caráter público mas em situação de arquivamento quanto à circulação, podendo ser acessado e sob possibilidade de interação mas sem estímulos para isso, sendo, portanto, o consumo fruto da busca ativa de usuários; g) podendo, por fim, voltar a circular com a tomada de novas interações – que é comumente tratado como “ressuscitar posts”.

GRÁFICO 2 – Circuito da mediação algorítmica para produtores de informação



Fonte: MACÊDO JR (2020, p. 100)

O alcance orgânico, ou seja, resultante de mediação sem pagamento, tem circulação diminuída em detrimento dos posts patrocinados como lógica definida e demarcada a fim de monetizar os usos das plataformas e articular fontes de receitas. Desde o ano 2009, o Facebook passou a adotar esse modelo de impulsionamento, tornando a visibilidade mais atrelada ao pagamento. Assim, publicações publicitárias e posts impulsionados terão mais espaço para circulação em mediação algorítmica que conteúdos dispostos sem estas medidas.

Em ambos os circuitos, o usuário é um agente externo que alimenta as engrenagens na medida em que pratica performances digitais e, por meio delas, produz dados passíveis de garimpo e arquivamento em Big Data e que se voltam na produção de bolhas. Nisto, as duas dinâmicas coexistem em modulações distintas de experiência passíveis entre quem consome conteúdo e quem produz informações – sendo, a primeira, uma dimensão de circulação e fun-

cionamento desta segunda. Com isto, é justo observar: por um lado, o caráter indissociável nas dimensões de produção, circulação e consumo propiciadas dinâmicas que a conformam mediação algorítmica; por outro, o usuário torna-se parte desta sistemática complexa ao ser um dos agente em interação.

## Facebook que vigia, sociedade que controla

A mediação algorítmica praticada pelo Facebook é um depoente dos diálogos entre realidade e imaginários socialmente construídos, bem como dos trânsitos e dos deslocamentos passíveis nas duas dimensões e pela qual a mediação assume lugar de meio para Martín-Barbero (1997). Denotar este lugar é, assim, considerar o papel moderador da plataforma sobre a circulação de conteúdo e de informação, pensando-a como parte mais ampla de relações sociais permeadas por disputas de hegemonia.

Ao dimensionar a possibilidade de circulação de conteúdos frente ao contexto de ampla adesão da plataforma na sociedade brasileira identificada pelo Data Senado (2019), Facebook pratica mediação em vias de temporalidades, ao determinar o tempo do capital sobre o tempo da cotidianidade, fato que Martín-Barbero (1997) há muito já alertara ser uma das fundamentações no processo de mediação. Trata-se de estabelecer uma orientação ideológica ritmada na ordem vigente como ideário de comunicação de imagens em detrimento dos regimes complexos do tempo e das culturas.

Assim como importa dizer que a mediação algorítmica não é exata em sua completude – pois lida com variáveis e, dentre elas, a performance humana – é justo confirmar que, hoje, o Facebook dispõe de largo arcabouço de dados complexos produzidos e retroalimentados por sistemáticas capazes de influenciar em tempo real a tomada de decisões cotidianas. Para isso, valem-se de estímulos automáticos resultantes de, por vezes, coleta de informações sem a percepção e autorização dos usuários – prática que têm sido considerada como violação de direitos emergentes como a proteção de dados e a autodeterminação informativa – para considerar “conhecimento sobre o usuário adquirido naquele instante, o conhecimento de escolhas anteriores do usuário e o conhecimento estimado estatístico e demográfico sobre usuários como este” (GILLESPIE, 2014, p. 176) para exposição de propostas.

A mediação algorítmica firma-se como camada de uma tessitura social e, dentre as reverberações, o sistema de vigilância exercido pelo Facebook possibilita o exercício de modulação como “processo de controle da visualização de conteúdos”, estudado por Silveira (2019, p. 37). Posicionar deste modo é reconhecer que, entre o poderio de controle exercido pelas plataformas e os consumidores de conteúdo, existe uma complexa sistemática sociotécnica que, até aqui, temos nos debruçado em termos de mediação algorítmica – valorizando, por fim, o lugar de meio inerente ao pensamento barberiano.

A estrutura sociotécnica que conforma as plataformas e estabelece o exercício de poder em vias de mediação algorítmica nos modais contemporâneos para circulação de conteúdos são, ainda, tessituras de sentidos e de narrativas que não devem ser desprezadas no trato acadêmico dos estudos em comunicação. A atenção acadêmica às produções que perfilam

as plataformas, ao serem encerradas nesta instância e desprezarem a dinâmica de mediação algorítmica, incorrem em análise parcial e com poucos substratos para considerar elementos do debate social.

Como instrumento de hegemonia no capitalismo, o Facebook assume posto político pelo qual os demarcadores de vigilância assumem uma faceta de controle e de intervenção política em oposição às soberanias nacionais. A mediação algorítmica e o poderio de controle de modulação por ela firmada posiciona a plataforma como um espaço desigual na disputa de narrativas, ainda que comercializado como um ambiente democrático.

## Considerações finais

Em tempos de mediação algorítmica, seguem atuais os postulados de Martín-Barbero (1997, p. 296) ao propor que “se o meio sofre o processo de numerosas mudanças, a mediação a partir da qual esse meio opera social e culturalmente não parece estar sofrendo na América Latina modificações de fundo” no que diz respeito à intencionalidade de conjugar no tempo cotidiano o tempo do capital. A mediação realizada pela televisão ou pelo rádio, objeto de estudos de Barbero, por exemplo, em muito se difere na forma da mediação algorítmica na dinâmica; mas não nas intenções. Enquanto as primeiras se orientam em torno do ideário de comunicação de massas, a última se propõe personalizada e assume lógicas particularizadas de conteúdo. Se a radiodifusão aproxima sujeitos, visualizando-os comuns; os jogos algorítmicos os separam diante das diferenças. Ambas, entretanto, se articulam como engenharias de poder para redução do debate e do contraditório para controle social e, assim, para manutenção da hegemonia.

A seleção de conteúdo e a disponibilização em regime de personalização característicos da mediação algorítmica são amplamente percebidos pela população brasileira e entendidas negativamente, dado que 76% dos brasileiros concordam que se tratam em uma forma de manipular a opinião das pessoas, como demonstra o DataSenado (2019, p. 21). Isto se dá, contudo, em dinâmica de bivalência: temos uma relação oposta em que, à medida que as empresas dispõem de total transparência dos usuários e domínio da trajetória firmada na arena pública das plataformas virtuais, o sujeito confronta a justaposição do sigilo absoluto sobre o que produzem e o que lucram com nossos dados em ação assegurada por ordenamento jurídico.

O dispositivo legal que garante exercício de propriedade privada aos negócios lucrativos não se estende ao consumidor. Situação que nos leva a ampla margem de insegurança dos dados privados, ainda que o Brasil disponha de Marco Civil da Internet e de Lei Geral de Proteção de Dados que, estudados por Martins *et al* (2020), atestam esforços para convencionar direitos digitais que possuem validade pouco efetiva para firmar soberania nacional sobre empresas, servidores e conexões oriundas de outros países.

Tomar mediação algorítmica como objeto de relevância contemporânea aos estudos em comunicação é uma afirmativa que está aliada ao desenvolvimento de postura teórico-metodológica capaz de valorizar os produtos comunicacionais em interface às engenharias das ambiências digitais e às lógicas sociais, políticas e culturais que moldam a sociedade em que vivemos.

# MARTÍN-BARBERO IN FACEBOOK TIMES: CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE ON ALGORITHMIC MEDIATION

## ABSTRACT

*This work discusses the concept of mediation in Martín-Barbero (1997), considering the circulation of content on digital social media platforms. With attention to Facebook, we carried out a theoretical-methodological exercise based on usability to discuss and characterize the systematics of the platform, analyzing the technological and conjectural compounds that make up what we refer to as 'algorithmic mediation' and through which we seek to weave approximations and distances with the formulations of Barbero.*

**Keywords:** Algorithmic Mediation. Facebook. Mediation. Mediatization. Surveillance.

## Referências

BOLAÑO, César. Economia política da comunicação e da cultura. Breve genealogia do campo e das taxonomias das indústrias culturais. In: BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério; GOLIM, Cida. **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, 2010.

BOLAÑO, César. **Campo aberto**: Para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: EDISE, 2016.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade.. São Paulo: EdUSP, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación e esperanza**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

DATASENADO. **Redes sociais, notícias falsas e privacidade de dados na internet**. Brasília: Senado Federal e Câmara dos Deputados, 2019.

FERRARI, Fabrício; CECHINEL, Cristian. **Introdução a Algoritmos e Programação**. Rio Grande: FURG, 2009

FULLER, Matthew. **Software studies**: a léxicon. Cambridge: MIT Press, 2005.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo. (Org.). **Media technologies**: essays on communication, materiality and society. Cambridge: MIT Press, 2014, p. 167-194.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos mediados: pesquisa da mediação na era da "mediação de tudo". **MATRIZES**, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014. Disponível em: [revistas.usp.br/matrizes/article/view/82930](https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/82930). Acesso em: 20 maio 2021.

MACÊDO JR, Daniel. **Das ruas às redes**: disputa de narrativas e de memória sobre as ocupações universitárias de 2016 no Ceará em tempos de mediação algorítmica. 2020. 182f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Fortaleza, 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

MARTINS, Helena *et al.* Tratamento de dados pessoais em aplicativos públicos relacionados ao coronavírus no Ceará. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5387, 24 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5387>

O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction**: how big data increases inequality and threatens democracy. New York: Crown, 2016.

PARISER, E. **The filter bubble**: what the internet is hiding from you. Nova Iorque: The Penguin Press, 2011.

PUGLISI, Silvia. **RESTful Rails development**: building open applications and services. Sebastopol: O'Reilly, 2015.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: Souza, Joyce; Avelino, Rodolfo; Silveira, Sérgio Amadeu. (Org.). **A sociedade de controle: Manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Editora Hedra. 2018.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge/Malden: Polity, 2017.

VALENTE, Jonas; PITA, Marina. **Monopólios digitais: concentração e diversidade na Internet**. São Paulo: Intervezes, 2018.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: big data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197, 2014.

Submetido: 23/11/2021

Aceito: 20/12/2021